

Campolide



Comissão de Freguesia do PCP

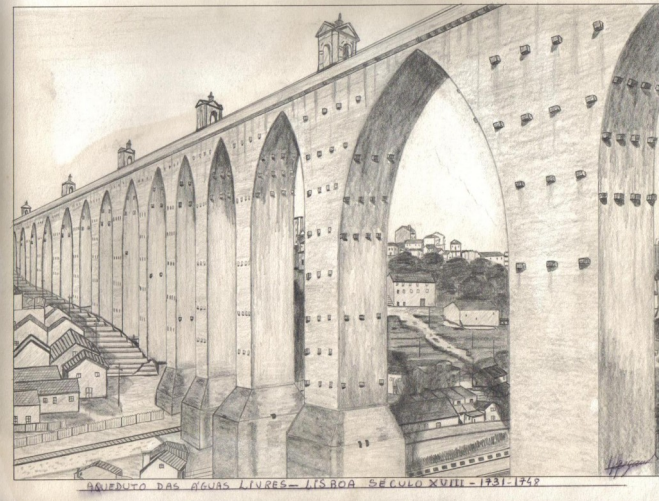
Nunca a CDU de Campolide pensou vir a presenciar actos tão funestos como a última Assembleia de Freguesia. Depois de ter sonogado durante vários dias o Relatório da Auditoria ao Executivo de 2005-2009 aos eleitos na Assembleia, aparentemente com o conhecimento e activa colaboração da Mesa da mesma, o Executivo do PS, não se contentando em colocar no órgão oficial da Freguesia - Notícias de Campolide - e a ter divulgado nos principais meios de comunicação social excertos e considerações de carácter difamatório e lesivos do bom nome e honra dos elementos do anterior Executivo, promoveu um tribunal plenário ao exemplo salazarista, de triste memória, onde se entra condenado, ouve-se a acusação, e se é julgado sumariamente sem direito a defesa ou sequer acesso aos documentos em que se baseia a suposta acusação.

Escudados por uma impossibilidade de réplica, por não se saber o que contém o Relatório, o PS e os seus serventuários, procuram enlamear o executivo em que participavam elementos da CDU, e como fez questão de frisar o elemento do BE, **todo o executivo**.

Ao Abrigo da Lei das Autarquias locais, o executivo teria 10 dias para entregar à Mesa da Assembleia o documento que, por força do Regimento da Freguesia de Campolide, seria entregue a todos os eleitos até 48 horas antes da Assembleia se realizar. Tal nunca se verificou, mostrando assim que se pretendia impedir a defesa dos visados, mas provocando uma ilegalidade insanável na convocação da Assembleia que a virá a tornar nula, com todas as consequências advenientes.

A má fé do actual executivo, se é que não estava, fica agora mais do que patente, procurando esconder a sua incapacidade e incompetência, na tentativa de sujar o bom nome e a reputação dos eleitos da CDU e o seu vasto e reconhecido trabalho de anos em favor das populações.

Não reconhecemos ao Executivo da Junta o direito de se arvorar em acusador, juiz e carrasco de ninguém, nem tampouco o reconhecemos ao eleito do Bloco de Esquerda. Tudo ao nosso alcance faremos por uma auditoria oficial e pela reposição digna e justa da verdade.



A CDU presta contas da sua actividade na Freguesia e notícia os principais problemas com que Campolide se tem deparado e as acções dos eleitos do PCP e PEV nos vários órgãos Autárquicos para a sua resolução.

Neste número poderá ler:

Visitas dos Eleitos do PCP ao Tarujo	2
A torpeza de um tribunal plenário	2
Intervenção do Eleito do PCP	3
Moções, Recomendações e Propostas	3
Ajardinamento Bela Flor e B. da Liberdade	4



O PCP apresentou os seguintes Requerimentos e Propostas na Câmara Municipal, com referência a Campolide:

- Regulamento Municipal de Edificações Urbanas para o Bairro do Alto da Serafina.
- Constituição a favor da Cooperativa da Bela-Flor, do direito de superfície de 3 lotes de terreno conforme a deliberação nº 94/CM/1994.
- Passeio vedado diante do n.º 108 da Rua Marquês de Fronteira.
- Problemas do Espaço público na Bela-Flor e Cascalheira.
- Passagem pedonal inferior da Av. Calouste Gulbenkian.
- Requalificação da Rua Eduardo Malta,
- Requalificação da Rua Defim de Brito Guimarães
- Realojamento de 3 famílias na Rua Particular do Tarujo.





Visita CDU ao Tarujo e Columbano Bordalo Pinheiro

Os membros da Comissão de Freguesia do PCP estiverem com os eleitos na Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Assembleia de Freguesia, visitaram os Bairros do Tarujo e a Zona da Av. Columbano Bordalo Pinheiro, constatando que muitos dos problemas se arrastam há anos sem solução à vista.

Continuam famílias a morar no Bairro do Tarujo, na Rua Particular, em condições absolutamente desumanas e inaceitáveis neste início de século XXI.

A Câmara, que interditou vários troços da rua, continua sem intervir perante estas situações sociais gravíssimas.

Também prosseguem sem solução a degradação do espaço público das ruas Delfim de Brito Guimarães e Eduardo Malta, em que as questões do ajardinamento e estacionamento continuam a ser ignoradas pela CML, a despeito de na primeira existirem propostas concretas avançadas há anos pelos moradores.

O descaso é tão grande que nem a existência de um estaleiro abandonado, ou o mau cheiro existente na Eduardo Malta levou a que fossem tomadas medidas urgentes face aos riscos para a saúde pública.

Destas situações o Vereador do PCP apresentou na Câmara Municipal de Lisboa dois Requerimentos e uma Proposta.

Intervenção do Eleito do PCP na Assembleia de Freguesia de 30 de Setembro.

O Eleito do PCP, considera que a convocatória desta Assembleia é irregular, porquanto questiona o cumprimento do prazo de 10 dias que o Presidente da Junta tinha para remeter à Assembleia cópia do relatório da auditoria conforme dispõe a alínea s) do artigo 38º da Lei das Autarquias Locais. Tal, é segundo o entendimento do PCP, o único motivo que teria impedido o Presidente da Assembleia de proceder ao seu envio aos membros da mesma dentro dos prazos estabelecidos Regimentalmente para que estes se pudessem pronunciar sobre a mesma.

O Eleito do PCP estranha o facto de excertos e considerações de natureza grave e difamante, sobre uma auditoria, realizada por uma empresa privada (por muito respeitável que seja), seja publicitada nas "Noticias de Campolide" a expensas do erário publico, e divulgada na imprensa em geral, antes de ser conhecida e debatida pelo órgão fiscalizador da autarquia, e tomará sobre tal as devidas providências em sede própria.

O PCP apresentará nesta sede, e após convocatória de Assembleia nos devidos termos regimentais, uma proposta de realização de uma auditoria pelo organismo oficial bastante competente para o efeito, a Inspeção Geral da Administração Local.

Não obstante, a fim de sanar a ilegalidade que a presente convocatória representa, o eleito do PCP, apresenta a proposta de eliminação do ponto 1 da ordem de trabalhos - **Apresentação da Auditoria** - Indicando desde já e por nulidade da mesma, ao abrigo do número 2 do Artigo 15º do Regimento, não tomará parte desta discussão se a discussão deste ponto prosseguir e solicitará a respectiva acta para envio à respectiva Inspeção Geral.

PRESIDENCIAIS



FRANCISCO LOPES

Moções e Propostas da CDU



Ciente das implicações que a Nulidade da Assembleia de Freguesia de dia 30 de Setembro terá para todas as decisões nela tomadas, o eleito do PCP propôs que o ponto 1 da ordem de trabalhos fosse retirado por

não terem sido respeitados nem os prazos nem o dever de envio da Documentação necessária à sua discussão, neste caso o Relatório da Auditoria realizada, aos membros da Assembleia.

Não obstante o PCP entregará a Mesa da próxima Assembleia de Freguesia uma proposta visando que a Assembleia solicite à Inspeção-Geral da Administração Local uma auditoria com o objectivo de clarificar as suspeições levantadas com o relatório da auditoria

Ainda que não reconheça à Comissão da AF para os transportes, capacidade de trabalho para a resolução dos problemas, a CDU apresentou as seguintes propostas:

AUTOCARRO— Nova Carreira: Campolide > Sete Rios > Laranjeiras > Telheiras > B. Padre Cruz

PROLONGAMENTO DE HORÁRIOS E PERCURSOS

Carreira 711 até as 22 horas; Carreira 702 até a Praça do Comercio com horário nocturno, passagem pela Bela Flor e nova paragem junto à Carreira 12, Alto de Campolide (Quartel); Carreira 713, prolongamento até à Alameda D. Afonso Henriques, horário as 21 horas; Carreira 71, Reposição com alteração de percurso e dois autocarros em sentido contrário, de forma a permitir acesso à Escola Marquesa de Alorna e estação de Campolide (comboio);

ELÉCTRICO — Retorno da Carreira 24 ao antigo percurso a estudar com a Carris.

PORTA A PORTA— Alteração do percurso com passagem pela Calçada dos Sete Moinhos > Rua do Garcia > Alto do Carvalhão > Calçada dos Mestres e retorno a Rua Vítor Bastos.

Requalificação da Rua Eduardo Malta



Após visita a esta Rua de Campolide a CDU apresentou à Assembleia de Freguesia uma seguinte recomendação à CML:

A elaboração de um estudo para a requalificação da Rua Eduardo Malta.

Que o estudo a elaborar contemple a instalação de um estacionamento automóvel subterrâneo em dois pisos, mantendo uma camada de solo à superfície que permita o seu posterior ajardinhamento.

125 anos da Guilherme Cossoul e o Centenário da República

A CDU apresentou uma moção a felicitar A Sociedade de Instrução Guilherme Cossoul, através da sua Direcção, pelos seus 125 anos e pelo imenso trabalho desenvolvido em favor da cidade e do país.; e uma outra relativa ao centenário da República e à importância do papel dos trabalhadores na sua implantação. Esta última foi rejeitada com os votos contra do PS.

Voto de Pesar pelo falecimento de António Rodrigues do Carmo

A CDU apresentou ainda um voto de pesar relativo ao falecimento de António Carmo, dirigente associativo e Presidente da Casa do Concelho de Tondela, nesta Freguesia e candidato da CDU em N.ª S.ª de Fátima.

Em Assembleias anteriores a CDU apresentou votos pelo falecimento de José Saramago e Diamantino Vieira, uma Moção sobre a Escola 80 e II da Bela Flor, opondo-se ainda ao Aumento das Taxas proposto pelo executivo.



BAIRRO DA BELA FLOR - Espaços Verdes

Realizámos uma visita, com eleitos do PCP Câmara e Assembleia de

Freguesia.

Colocámos para votação no Orçamento participativo e promovemos a sua votação.

Questionámos a CML e temos reunido com seus técnico, segundo os mesmo o processo encontra-se em fase adiantada de inicio de obras.

Com o apoio dos moradores vamos lutar pelo início e até à conclusão das mesmas.



BAIRRO DA LIBERDADE - Espaços Verdes

Em visita realizada em 2009, com técnicos da CML, conseguimos mais 20

lugres de estacionamento.

Fizemos aprovar na Assembleia de Freguesia mais estacionamento a seguir à Morgue. O actual executivo da Junta nada fez.

Questionámos o executivo da CML em reunião no centro Paroquial de São Vicente de Paulo, foi-nos prometido o inicio das obras entretanto iniciadas, Valeu a pena Lutar.

Das nossas propostas aprovadas em Assembleia de Freguesia, o Boletim de notícias de Campolide continua a fazer tábua rasa, censurando e omitindo as mesmas, deixando os fregueses na ignorância sobre o trabalho da CDU em prol da Freguesia.



Este é um tempo que, em Portugal e no mundo, exige intervenção, clareza e determinação. Um tempo de opções inadiáveis, de corajosa afirmação de um outro rumo e de mobilização de energias para o concretizar.

O declínio nacional, a descaracterização do regime democrático e ataque à soberania e independência nacionais marcam hoje a realidade do País. Depois de mais de três décadas em que o PS e o PSD, com ou sem o CDS, partilharam alternadamente a governação em confronto com os valores de Abril, pesam sobre o País sérias ameaças.

Ao mesmo tempo que se aprofundam as injustiças sociais, a corrupção e a concentração da riqueza, olhamos para o País e vemos o definhamento da indústria, o esmagamento da agricultura, a degradação da floresta, o abandono dos recursos pesqueiros, o esquecimento das potencialidades do mar, o desaproveitamento do potencial científico e tecnológico, a desvalorização da nossa cultura. Olhamos para o País e vemos mais de 700 mil trabalhadores desempregados, incluindo centenas de milhares de jovens, com os seus problemas e angústias, com uma capacidade produtiva e de realização notáveis mas desaproveitadas.

É uma situação de afrontamento à soberania nacional, que amarra o País ao processo de integração capitalista europeia e aos interesses dominantes

Uma situação que se expressa pela regressão no plano democrático. Trinta e quatro anos passados, o regime democrático consagrado na Constituição tem tido nos detentores do poder e nas políticas que praticam o seu principal agressor, num permanente conflito entre o carácter progressista e avançado do regime democrático, e a acção e os objectivos prosseguidos por sucessivos governos com vista ao seu desfiguramento e amputação

Esta candidatura que assumo exprime a exigência de uma profunda ruptura e de uma efectiva mudança em relação às orientações políticas seguidas nas últimas décadas.

Esta é uma candidatura que afirma, sem hesitações, que há um outro rumo e uma outra política capazes de responder aos problemas nacionais.

Esta é uma candidatura patriótica e de esquerda. Patriótica, porque deve ser o povo português a decidir verdadeiramente das opções e do destino do País. Porque uma componente da soberania dos trabalhadores e do povo, sobre as suas condições de vida e de trabalho, é precisamente a soberania nacional.

Esta é uma candidatura de esquerda, na sua proclamação e na sua prática. De esquerda porque tem um compromisso essencial com os valores de Abril, a concepção e o objectivo duma democracia política, económica, social e cultural, porque **assume como eixo central os trabalhadores e os seus interesses de classe, os direitos e aspirações do povo português.**

